

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº                      , DE 2011**

**(Do Sr. Deputado Rodrigo Maia)**

**Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio Passos, sobre construção do Arco Rodoviário em torno da região metropolitana no Estado do Rio de Janeiro.**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e o inciso I do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio Passos, o seguinte requerimento de informação, sobre a construção do Arco Rodoviário em torno da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, especialmente no que toca a:

1. Matéria do Jornal O Dia online, de 26 de junho de 2011, intitulada “Obra de estrada dá prejuízo milionário para o Estado”, menciona que, após auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) foi revelado que as obras no Arco Rodoviário, no trecho da BR-493 – que está sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) —, podem ter gerado aos cofres públicos do Estado prejuízo de R\$ 100, 8 milhões. Assim, pergunta-se:

- a. Qual o valor, atualizado, repassado pelo Governo Federal a esta obra?
  - b. De que maneira estão sendo aplicados os recursos públicos neste empreendimento?
  - c. Qual origem do prejuízo de 100,8 milhões de reais mencionado na matéria?
2. Em relatório de Levantamento de Auditoria realizado pelo Tribunal de Contas da União nº 014.919/2010-9 foram constatadas algumas irregularidades, como, por exemplo, indícios de sobrepreço. Solicita-se, assim:
  - a. Cópia dos documentos que envolveram a licitação para as obras do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro.
  - b. Cópia dos contratos, bem como de seus respectivos aditivos, firmados com as empresas vencedoras do certamente acima citado, incluídos os que foram firmados com dispensa de licitação.
  - c. Cópia de todas as planilhas orçamentárias referentes aos contratos firmados entre o Governo Federal e as empresas responsáveis pela obra.
3. Ainda a respeito das obras do Arco Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro, em matéria veiculada no Jornal do Brasil, em 19 de agosto de 2011, cujo título era “Empresas do Arco Rodoviário do RJ compravam material ilegal, diz delegado”, há relato de que as empresas de engenharia responsáveis pela construção do Arco Rodoviário compravam saibro e argila retirados de forma ilegal de uma área de um milhão de metros quadrados, em Santa Cruz (Zona Oeste), e, ainda, que a exploração dessa área seria feita por um grupo de milicianos. Dessa forma, solicita-se:
  - a. Cópia das notas fiscais relativas a todos os pagamentos feitos a empresa apontada como pertencente a milicianos na reportagem supracitada.

- b. Cópia do contrato firmado entre os responsáveis pela obra do Arco Rodoviário e a empresa citada na matéria.
- 4. No tocante a empresa supostamente pertencente a milicianos, pergunta-se:
  - a. Qual critério utilizado para a contratação dessa empresa para o fornecimento de saibro e argila para as obras do Arco Rodoviário?
- 5. Qual a previsão para conclusão das obras do Arco Rodoviário, vez que o prazo de entrega do empreendimento era no ano de 2008?

Quaisquer documentos, se houver, que sejam remetidos com a chancela de “sigilosos” terão exibição restrita apenas a este requerente, aplicando-se o disposto no art. 98, § 5º, do RICD.

### **Justificativa**

A Câmara dos Deputados é o órgão responsável por fiscalizar a aplicação de recursos públicos. A obra do Arco Rodoviário no Estado do Rio de Janeiro envolve a aplicação de recursos financeiros do Governo Federal, estando parte da construção sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. O referido empreendimento é conhecido como um dos principais promovido pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Estado do Rio de Janeiro, estando, portanto, sujeita a fiscalização pelo Poder Legislativo.

Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, em outubro de 2005, no Relatório de Projeto STN nº 1, Projeto Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, elaborado pela Coordenação Geral de Análise Econômico-Fiscal de

Projetos de Investimentos Públicos – COAPI-STN o custo de construção do arco, *a priori*, seria entre R\$ 358 milhões e R\$ 491 milhões, dependendo da implantação de uma ou duas pistas. Entretanto, estima-se que esse valor já tenha chegado a mais de um bilhão de reais.

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou ilegalidades, após instauração do TC-014.919/2010-9, levantando indícios de superfaturamento estando o referido procedimento em tramitação.

E, ainda, no tocante ao atraso na construção do Arco Rodoviário no Rio de Janeiro, que implica maiores gastos por parte da União, a obra contava com apenas 6,3% dos serviços executados em junho de 2010, segundo relatório do TCU.

Sala da Comissão, em        de agosto de 2011.

**DEPUTADO RODRIGO MAIA**  
**DEM/RJ**